

BREVE RELATO SOBRE O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO, A IDEIA DESENVOLVIMENTISTA E A EDUCAÇÃO NA DITADURA MILITAR**BRIEF REPORT ON POLITICAL DEVELOPMENT, DEVELOPMENTALIST IDEA AND EDUCATION IN MILITARY DICTATORSHIP****BREVE INFORME SOBRE EL DESARROLLO POLÍTICO, LA IDEA DESARROLLISTA Y LA EDUCACIÓN EN LA DICTADURA MILITAR**Rodrigo REGERT¹Joel Haroldo BAADE²Adelcio Machado dos SANTOS³

RESUMO: De modo geral, muitas vezes já foi discutido o desdobramento político da ditadura militar, a ideia desenvolvimentista e a educação nesse período. No entanto, a discussão sobre esses três pontos, que se relacionam mutuamente, merece uma atenção especial e não se encerra. Isso exatamente por essa relação nem sempre ser explícita e evidente e, justamente por isso, sempre precisar de revisão e reanálise. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo revisar a associação estabelecida no aspecto político, desenvolvimentista e educacional na Ditadura Militar. Quanto à metodologia, a pesquisa é de natureza básica; utilizou-se do método descritivo e da forma bibliográfica como procedimento técnico. Concluiu-se que a educação sempre esteve a serviço da política desenvolvimentista implantada pelos governos militares, sem preocupação alguma em atender aos anseios e necessidades da sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento político. Ideia desenvolvimentista. Educação

ABSTRACT: In general, the political unfolding of the military dictatorship, the developmentalist idea and education in that period have often been discussed. However, the discussion on these three subjects which relate to each other, deserves special attention and does not end. This is precisely because this relationship is not always explicit and obvious, and therefore, always needs review and reanalysis. In this sense, the present article aims to review the association established in the political, developmental and educational aspects of the Military Dictatorship. As for the methodology, the research is of a basic nature; descriptive method and bibliographical form as technical procedure were used. It was concluded that education has always been at the service of the developmentalist policy implemented by the military governments, with no concern whatsoever to meet the wishes and needs of society.

Keywords: Political development. Developmentalist idea. Education.

RESUMEN: De manera general, muchas veces se ha discutido el desdoble político de la dictadura militar, la idea desarrollista y la educación en ese período. Pero la discusión

¹ Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Mestre em Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC). Docente da UNIARP. E-mail: regert.rodrigo@gmail.com

² Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST). Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e do Programa Profissional em Educação da UNIARP. E-mail: baadejoel@gmail.com

³ Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docente e Pesquisador da UNIARP. E-mail: adelciomachado@gmail.com

acerca de esos tres puntos, que se relacionan mutuamente, merece una atención especial y no se encierra. Eso exactamente por esa relación ni siempre ser explícita y evidente y, justamente por eso, siempre necesitar revisión y otro análisis. En ese sentido, este artículo tiene por objetivo revisar la asociación establecida en el aspecto político, desarrollista y educacional en la Dictadura Militar. Cuanto a la metodología, la investigación es de naturaleza básica; se utilizó del método descriptivo y bibliográfico como procedimiento técnico. Se concluyó que la educación siempre estuvo al servicio de la política desarrollista implantada por los gobiernos militares, sin preocupación alguna por atender a los anhelos y necesidades de la sociedad.

Palabras clave: Desarrollismo político. Idea desarrollista. Educación.

Introdução

A Ditadura Militar foi um período que se iniciou no ano de 1964 e durou até o ano de 1985, quando o país foi governado por militares. Esse período foi muito conturbado e marcado pela perda de liberdade e de expressão da sociedade em geral.

A História do Brasil é uma das mais ricas em detalhes e contradições, especialmente durante a Ditadura Militar. Rica em detalhes, pois historicamente observam-se muitos interesses pessoais e subalternos, privilegiando uma minoria.

Não distante, rica em contradições, devido aos desdobramentos políticos, as ideias desenvolvimentistas e a educação nunca atenderam efetivamente aos anseios da sociedade, uma vez que sempre se vivenciaram, no Brasil, grandes discriminações, absurdas distâncias entre ricos e pobres, muitos contrastes e um grande desrespeito às alteridades do povo brasileiro.

Diante disso tudo, a temática proposta no presente artigo é muito pertinente e necessita ser revisada constantemente para que não caia no esquecimento. Foi pensando nisso que o artigo foi escrito, tendo como objetivo revisar a associação estabelecida entre os aspectos político, desenvolvimentista e educacional durante a era da Ditadura Militar.

Pensando em discutir e entender melhor essa situação, o artigo foi planejado em três momentos. Inicialmente, abordam-se aspectos que resgatem informações sobre como ocorreu o desdobramento político da Ditadura Militar. Em seguida, levantam-se dados sobre o que cada governo entendia por desenvolvimento. E, para finalizar, mencionam-se as ações implantadas na área educacional durante esse período.

Quanto à metodologia, a pesquisa é de natureza básica; utilizou-se do método descritivo e da forma bibliográfica como procedimento técnico.

O desenvolvimento político na ditadura militar

O Governo militar inicia após a deposição do Presidente João Goulart, no ano de 1964, e vai até o ano de 1985. Nesse período, uma junta militar decretou o Ato Institucional n° 1 (AI-1), que conferia ao Congresso o poder de eleger o presidente, sendo que no dia 14 de abril de 1964 foi eleito o general Humberto Castelo Branco, dando início a uma sequência de Presidentes Militares (MORAES, 2003).

Castelo Branco governou nos anos de 1964 até 1967. Em outubro de 1965, O Presidente Castelo Branco assinou o AI-2. Esse Ato “ampliava o controle sobre o Legislativo, alterava o funcionamento do Judiciário, extinguiu todos os partidos políticos e estabelecia eleições indiretas para presidente” (COSTA; MELLO, 1999, p. 366).

O AI-2, entre várias medidas, dissolveu os antigos partidos políticos e determinou a criação de apenas duas agremiações partidárias, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Mesmo insatisfeitos, os políticos se redistribuíram nos dois partidos: a maioria originária do PTB, do PSB e pequena parte do PSD concentrou-se no MDB; na Arena ficaram os udenistas golpistas e a maioria dos pessedistas (MORAES, 2003, p. 418).

Dando continuidade aos Atos Institucionais, o Presidente Castelo Branco estabeleceu o AI-3, que dava poderes aos governadores para nomearem os prefeitos. Em seguida, o AI-4, convocando novamente o Congresso que estava fechado desde outubro de 1966, para aprovar a Constituição de 1967, que incluía medidas duras, como a Lei de Imprensa e de Segurança Nacional (MORAES, 2003).

Ao final de seu mandato e contra sua vontade, Costa e Silva foi indicado pelos militares para a presidência. Por meio de uma eleição indireta do Congresso, na qual os parlamentares do MDB se retiraram em sinal de protesto, a Arena elegeu, com 295 votos, Costa e Silva como o novo Presidente (COSTA; MELLO, 1999).

O Presidente Costa e Silva iniciou seu mandato no ano de 1967 e governou até 1969, reiterando as promessas de democracia e desenvolvimento expressas pelo Presidente Castelo Branco, e implantando a linha dura do governo militar (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Após isso, Carlos Lacerda, que havia ajudado os militares a assumir o poder, rebelou-se contra os mesmos e, em setembro de 1967, juntamente com JK, João Goulart (exilado no Uruguai) e o Partido Comunista, que continuava se reunindo, embora

escondido, lideraram a formação da Frente Ampla, movimento contra os militares que exigia a anistia, uma assembleia constituinte e eleições diretas em todas as instâncias (COSTA; MELLO, 1999).

Estudantes, trabalhadores, artistas e alguns setores da Igreja católica, que antes eram a favor dos militares, passaram a intensificar suas manifestações contra os mesmos, tendo o seu auge em junho de 1968, quando cerca de 100 mil pessoas saíram às ruas no estado do Rio de Janeiro (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

A resposta do governo foi imediata. Promulgou o chamado AI-5, o Ato Institucional n° 5. Através dele, o Executivo passou a ter poderes praticamente absolutos. O Congresso foi fechado, quase metade dos parlamentares do MDB foi cassada e muitos foram presos. Vários professores, intelectuais, jornalistas e até militares perderam seus empregos. Os meios de comunicação passaram a sofrer uma rígida censura. Qualquer pessoa poderia ser acusada de delitos contra a segurança nacional. Vários artistas foram obrigados a deixar o país, como foi o caso de Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 480).

Apenas oito meses depois do AI-5, o Presidente Costa e Silva, devido a problemas de saúde, afastou-se da Presidência. O seu vice, Pedro Aleixo, que era contra o AI-5, foi impedido pelos radicais militares de assumir o cargo, e uma junta militar composta pelos Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica governaram o Brasil até o final de outubro de 1969, quando o novo Presidente que havia sido eleito pelo Congresso, Emílio Garrastazu Médici, tomou posse (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). Esse episódio ficou conhecido como o Golpe dentro do próprio Golpe, em que Pedro Aleixo foi impedido de assumir o cargo de Presidente da República pelos militares mais conservadores.

Médici era outro representante da linha dura do governo militar, que governou nos anos de 1969 até 1974. Foi o seu governo que marcou a história do país como o mais tenebroso e repressor da República (MORAES, 2003).

Nesse período, ocorreram várias torturas físicas, morais e psicológicas com o intuito de obter confissões dos presos políticos. A ideologia geral estava embasada na ideia de amar o país ou deixá-lo (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Os meios de comunicação e as propagandas pregavam apenas coisas boas do governo. Uma delas estava voltada ao milagre econômico que o país estava vivendo, fazendo com que o empresariado nacional e estrangeiro demonstrasse muita euforia (COSTA; MELLO, 1999).

No final do ano de 1973, travou-se uma nova disputa pela sucessão Presidencial. Os militares indicaram o nome do general Ernesto Geisel e o MDB, em forma de protesto, lançou Ulysses Guimarães e Barbosa Lima Sobrinho como vice. No entanto, através de uma eleição indireta pelo congresso, quem venceu foi Ernesto Geisel (COSTA; MELLO, 1999).

Geisel assumiu a Presidência em março de 1974, quando o “milagre econômico” já dava sinais de esgotamento devido, sobretudo, após a crise do petróleo de 1973, ficando no poder até o ano de 1979 (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Por isso, “o Presidente, consciente da fragilidade do modelo econômico, buscou um maior suporte político, por meio de uma mudança lenta e gradual para a redemocratização” (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 481).

A atenuação da legislação autoritária revelou-se uma ação decisiva nessa direção. Em 1978, por exemplo, foi aprovada a emenda constitucional nº 11, que revogou os AIs, extinguindo o principal símbolo do arbítrio, o AI-5. Todavia para não perder o controle do processo político, o general Geisel criou as salvaguardas constitucionais, que possibilitavam ao Estado intervir em reuniões, prender sem ordem judicial, aplicar a lei de segurança nacional (MORAES, 2003, p. 423-424).

Com uma linha mais moderada de agir governamentalmente, o Presidente Geisel teve que encarar os militares de linha dura. Ocorreram dois casos de mortes duvidosas onde supostamente teria se suicidado o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho. Essas mortes levaram o Presidente a substituir o general Ednardo D’Ávila Mello por um oficial de sua segurança (COSTA; MELLO, 1999).

Sua transição de governo inicialmente foi conturbada. Num primeiro momento, ele teve que se opor ao general Sylvio Frota, um militar de linha dura e indicou o general João Batista Figueiredo, que foi eleito de forma indireta em outubro de 1978 (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). Em 15 de março de 1979, o general João Batista Figueiredo tomou posse e em seu discurso inaugural prometeu a redemocratização no Brasil, ficando até o ano de 1985 (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Com Figueiredo no poder, “a política de concessões e distensão continuou sendo combatida internamente pelos segmentos vinculados à linha dura, que havia perdido espaço e poder político desde 1974” (MORAES, 2003, p. 426).

Nesse momento, vários movimentos começaram a surgir. Em março de 1979, dois dias antes da posse do Presidente Figueiredo, milhares de operários da indústria

automobilística entraram em greve sob a liderança do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, no estado paulista, Luís Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Uma das primeiras medidas do governo foi a anistia política e a reforma política que dissolveu os dois únicos partidos permitidos pelo movimento em 1964 (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Com a nova lei, a Arena se transformou no Partido Democrático Social – PDS –, enquanto o MDB deu origem a quatro agremiações políticas: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; o Partido Popular – PP –, que reunia o setor mais moderado do antigo partido de oposição; o Partido Democrático Trabalhista – PDT –, liderado por Leonel Brizola; e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB –, organizado por Ivete Vargas, sobrinha neta de Getúlio Vargas. Ao lado dessas agremiações, foi criado o Partido dos Trabalhadores – PT –, que reuniu sindicalistas, intelectuais, militantes de esquerda, setores da Igreja e políticos da ala mais radical do antigo MDB (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005, p. 486).

É evidente que essas mudanças encontraram forte oposição entre os militares de linha dura que tinham o objetivo de abortar o processo de redemocratização (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005). No ano de 1981, “o governo, por meio de legislação eleitoral, proibiu alianças entre os vários partidos, objetivando forçar a divisão do bloco oposicionista e facilitar a vitória do PDS” (COSTA; MELLO, 1999, p. 384).

Em novembro de 1982, ocorreram eleições diretas para governadores. O PDS saiu vitorioso em 12 Estados, enquanto a oposição em 10, embora tenha feito 7 milhões de votos a mais que o PDS (COSTA; MELLO, 1999).

Esse contexto levou a população às ruas, exigindo as eleições diretas para Presidente e, mesmo com o forte apelo popular, o governo militar evitou todas as formas desse processo, até que, em abril de 1984, o Congresso não aprovou a emenda Dante de Oliveira, que propunha a volta das eleições diretas para presidente (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Nesse período, começou a luta pela Presidência, mesmo que de forma indireta, onde Tancredo Neves, da oposição, derrotou Paulo Maluf, que era ligado ao regime militar. No entanto, no dia da sua posse, adoeceu e foi operado, vindo a falecer em seguida. Quem assumiu o seu lugar foi o Presidente José Sarney, vice de Tancredo (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

A ideia desenvolvimentista na ditadura militar

No início da ditadura militar, o Brasil estava implantando o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social desenvolvido pelo economista Celso Furtado, que foi interrompido.

A principal preocupação de Castelo Branco estava voltada ao seu plano econômico para controlar a inflação que se aproximava dos 100% ao ano. Por isso, acabou nomeando dois expoentes do pensamento liberal econômico, Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos para combatê-la (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

Em 1964, o governo opta por um modelo econômico característico de sociedades em elevado estágio de desenvolvimento e com alto padrão de vida. Mais precisamente, busca-se construir uma sociedade tendo padrão norte-americano como modelo, ao menos em termos de consumo. O modelo econômico adotado privilegia o consumo de bens duráveis sofisticados e, conseqüentemente, favorece a expansão das indústrias que atuam em tais ramos (BRUM, 1990, p. 152).

O modelo econômico implantado no governo de Castelo Branco chamava-se de Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Embora o FMI propusesse um congelamento geral de preços e salários, as autoridades brasileiras adotaram um enfoque mais gradualista (BRUM, 1990).

No entanto, para adotar esse modelo e reduzir a inflação, foram tomadas várias medidas, como o corte dos gastos públicos, o aumento dos impostos e das tarifas dos serviços públicos. Essas medidas reduziram a inflação e abriram caminho para a retomada do crescimento econômico, porém as mesmas medidas contribuíram para a impopularidade do regime (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

As medidas tomadas pelo Presidente Castelo Branco, além de causarem um grande descontentamento popular, pois privilegiavam as camadas alta e média-alta, fizeram também com que a economia brasileira ficasse estagnada até o ano de 1967 e tivesse que recorrer ao FMI e ao Banco Mundial várias vezes, para a concessão de empréstimos (BRUM, 1990).

Somente a partir do governo Costa e Silva, que se inicia no ano de 1967, e do governo Médici, que vai até o ano de 1974, a economia brasileira passou a viver um período extraordinário de crescimento (BRUM, 1990).

A nova Constituição (1967), a Lei de Segurança Nacional, os Atos Institucionais e outros instrumentos legais do arbítrio submetem os trabalhadores (e a sociedade em geral) a rígido e disciplinado controle, retirando-lhes o poder e a possibilidade de mobilização e a reivindicação. O país volta a se tornar novamente atrativo aos investimentos estrangeiros pela remoção da legislação anterior de cunho nacionalista e pela extinção da estabilidade no emprego (BRUM, 1990, p. 157).

No governo Costa e Silva, foi implantado o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976), e a partir desse Plano, foi implantado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), o que de fato deu muito certo até meados de 1974 (HORTA, 1982).

Ainda no governo do Presidente Costa e Silva, o Produto Interno Bruto cresceu em uma média de 11% ao ano, devido em grande parte a juros baixos que o Estado conseguia em bancos estrangeiros. No entanto, a dívida externa do país triplicou, sobretudo no governo Médici (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005; BRUM, 1990).

O momento de esplendor se estendeu ao governo do Presidente Médici, que iniciou em 1969, quando a economia foi comandada pelos tecnocratas⁴ com Delfim Neto. Parecia finalmente que o Brasil passaria a integrar o seletivo grupo de países desenvolvidos, tinha-se em mente que primeiro era necessário crescer para em seguida redistribuir os ganhos (MORAES, 2003).

Nesse período, o governo interveio com intensidade na economia nacional, indexando salários, expandindo o crédito ao consumidor, sobretudo o destinado à classe média (que comprou automóveis, eletrodomésticos, etc.), estimulando a poupança interna, concedendo isenção fiscal a alguns setores da agricultura e da indústria (sobretudo para a indústria automobilística). A atuação do Estado nas obras de infra-estrutura [sic] (telecomunicações, estradas, energia, etc.) também foi significativa a modernização, geralmente realizada com capital externo. Esse processo ficou conhecido como modernização conservadora (MORAES, 2003, p. 421).

No governo do Presidente Médici surgiram setenta empresas estatais e foram feitas obras com um custo extremamente elevado, como a hidrelétrica de Itaipu, a ponte Rio Niterói e a rodovia Transamazônica, que não teve muito sucesso (SERIACOPI; SERIACOPI, 2005).

⁴[...] o papel dos tecnocratas no âmbito do Estado brasileiro estava diretamente relacionado à supressão das liberdades democráticas e à célere modernização das relações capitalistas de produção (FERREIRA JR.; BITTAR, 2008, p. 342).

Esse período passou a ser conhecido como “o período das vacas gordas da economia, que se prolonga até 1974, embora as autoridades governamentais o festejassem como por tempo indefinido” (BRUM, 1990, p. 165).

Todavia, toda a prosperidade econômica nesse governo ocasionou um terrível processo de exclusão social. Os programas sociais não acompanharam o desenvolvimento da economia, os gastos públicos nas áreas da saúde e educação diminuíram consideravelmente (MORAES, 2003).

A grande crise do petróleo de 1973⁵ e o seu alto preço fizeram com que a economia mundial se retraísse, sendo que as exportações brasileiras sofreram uma grande queda, fazendo com que voltasse a inflação e ocorresse o fim do “milagre econômico” (MORAES, 2003).

No governo de Geisel, o Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, continuava dizendo que o Brasil era uma ilha de prosperidade e colocou em prática o II Plano de Desenvolvimento Econômico (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005). Desse modo, “a política anti-inflacionária seguiu o modelo ortodoxo, com a restrição de créditos e dos salários, que apontaram para uma pequena diminuição das atividades comerciais” (MORAES, 2003, p. 425).

[...] a economia está perdendo impulso e o ritmo de crescimento declina, embora se registrem três anos de crescimento excepcional (1974, 1976 e 1980). A irregularidade do processo, no entanto, com variações acentuadas em anos sucessivos está a indicar a falta de consistência e a deterioração das bases de sustentação do pretendido milagre (BRUM, 1990, p. 169).

Embora o governo tenha usado de todos os meios para socorrer o setor privado, não obteve muito êxito, inclusive o próprio Estado foi quebrando, uma vez que se endividou mais ainda para salvar os grandes banqueiros, as empreiteiras, os fabricantes de autopeças e as montadoras de automóveis (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

No início do mandato do Presidente Figueiredo, o Brasil continuou crescendo até o ano de 1980, quando o “milagre econômico”, de vez, estava se findando. Ainda no mesmo ano, a economia brasileira entrou em recessão (BRUM, 1990).

⁵ O primeiro choque do petróleo ocorreu em 1973, quando os países do Oriente Médio descobriram que o petróleo é um bem não-renovável e que, por isso, iria acabar algum dia. Os produtores então diminuíram a produção, elevando o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses. As vendas para os EUA e a Europa também foram embargadas nessa época devido ao apoio dado Israel na Guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão). Com isso, as cotações chegaram a um valor equivalente a US\$ 40 nos dias de hoje (PETRÓLEO, 2018).

A política de desenvolvimento do país não dera certo e o Ministro da Fazenda, Delfim Netto, propôs uma política recessiva adotada nos anos de 1981 e 1983, a partir da qual houve uma drástica contensão salarial, alta taxa de juros e um grande corte nos investimentos públicos (MORAES, 2003).

Mesmo assim, a inflação saltou de 110%, em 1980, para 223%, em 1984, o que fez com que Delfim Netto se submetesse às imposições do FMI e emprestasse seis bilhões de dólares, o que ajudou a dívida externa a chegar na faixa dos 100 bilhões de dólares no governo Figueiredo (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005).

Esse período foi caracterizado por um momento de crise aguda e dificuldades crescentes em todo o país (BRUM, 1990). É dessa forma que o governo militar vai encerrando seu período de governança e ditadura no Brasil.

De modo geral, durante a ditadura militar, o Brasil desenvolveu um novo modelo de desenvolvimento. Antes da revolução de 1930, o país se desenvolveu de acordo com o modelo primário exportador; de 1930 até 1964, desenvolveu um modelo de substituição de importações investindo na industrialização; e durante o governo militar foi chamado tecnoburocrático-capitalista (PEREIRA, 1976).

O modelo político de desenvolvimento que hoje se esboça no Brasil poderia ser chamado de tecnoburocrático-capitalista. Está baseado em uma aliança entre tecnoburocracia militar e civil de um lado, e o capitalismo internacional e nacional do outro. Esta aliança apoia-se, por sua vez, em um modelo econômico de desenvolvimento que se caracteriza pela modernização da economia, pela concentração da renda nas classes altas e médias e pela marginalização da classe baixa (PEREIRA, 1976, p. 223).

Durante esse período o desenvolvimento é concebido basicamente como crescimento econômico, embora procurasse contemplar a incorporação de avanços tecnológicos (BRUM, 1990).

A educação na ditadura militar

No início da Ditadura Militar, estava sendo implantado o Plano Trienal da Educação (1963-1965), do economista Celso Furtado. O mesmo tinha o objetivo de delegar funções que contavam com o esforço comum dos estados, municípios e união, procurando atingir em maior grau a educação (HORTA, 1982).

Já os planos brasileiros posteriores a 1964, afastando-se, no setor Educação, da opção político-social de abrir o sistema educacional ao maior número possível de educandos, determinada pela Lei de Diretrizes e Bases e adotada pelo Conselho Federal de Educação e pelo Plano Trienal, assumiram, em maior ou menor grau, um estilo “economicista” de situar a Educação no processo de desenvolvimento. Em todos estes Planos, a Educação e, de modo geral, os outros setores sociais, são considerados em termos de suas consequências econômicas (HORTA, 1982, p. 134).

Essa ideia economicista da educação no governo do Presidente Castelo Branco esteve voltada à possibilidade de amparo ao crescimento econômico que a educação poderia trazer, nesse sentido, quando ela trouxer benefício, investe-se; caso contrário, não.

Surgem nesse período dois decretos de grande importância: “um que caracteriza a orientação adotada pelo governo em relação aos estudantes, e outro que o faz em relação aos operários” (FREITAG, 1980, p. 80).

Trata-se no primeiro caso da Lei 4.464, conhecida como **Lei Suplicy de Lacerda**, que proíbe a UNE (União Nacional dos Estudantes). No segundo caso, da Lei 4.440, também de 1964, que institucionaliza o **salário-educação**. Essa lei fixa a arrecadação de dois por cento do salário-mínimo da região, a ser pago pelas empresas à Previdência Social em relação a todos os empregados. A distribuição das importâncias arrecadadas se dá pelo seguinte esquema: 50% ficam à disposição dos governos das unidades da Federação para desenvolver o ensino fundamental e os outros 50% são controlados pela União que, através do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação os aplica em medidas de fomento do ensino fundamental nas unidades da Federação menos privilegiadas (FREITAG, 1980, p. 80, grifo do autor).

A educação começou a ter uma nova fonte de arrecadação de fundos sem a necessidade direta de o Estado intervir. Esse tipo de desenvolvimento, que foi implantado no Brasil, é que fez com que o setor público desativasse seus investimentos na educação (GADOTTI, 2000).

Da mesma forma, foi implantado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) nos anos de 1964 a 1966. Esse Programa levava em consideração três aspectos no âmbito educacional: a) a oferta de Educação nos vários níveis; b) o ajustamento dessa oferta às necessidades e ao mercado de trabalho; c) a necessidade de economizar investimentos, passando a ideia de parte da Educação como treinamento do trabalho (HORTA, 1982).

Assim também a nova Constituição implantada ainda pelo Presidente Castelo Branco no ano de 1967, foi que dirigiu definitivamente os passos futuros da educação no regime militar, pelo menos até o governo Médici (FREITAG, 1980).

Dando continuidade ao desdobramento histórico da educação brasileira, o Presidente Castelo Branco foi substituído por Costa e Silva, que iniciou o seu governo em 1967. O Presidente Costa e Silva voltou todos os seus esforços políticos no âmbito educacional para a reforma do Ensino Superior.

Quanto ao ensino superior, o Programa de Ação Econômica do Governo identifica a necessidade de reformularem-se os setores referentes à pesquisa e treinamento, refreando-se o ritmo de multiplicação desordenada no setor de formação profissional sistemática, e de prever-se o entrosamento dos estabelecimentos de ensino superior com os organismos dos setores de produção, a fim de assegurar a adequação da aprendizagem à necessidade do meio (HORTA, 1982, p.161).

De acordo com Freitag (1980), a ideia de uma reforma universitária está contida desde o embrião da própria fundação das Universidades Brasileiras, onde Anísio Teixeira⁶ e Darcy Ribeiro⁷ já haviam mencionado a necessidade da mesma e somente foi contemplado anos mais tarde pela Comissão que elaborou a Lei 5.540, de 1968.

⁶ Considerado o principal idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20, Anísio Teixeira (1900-1971) foi pioneiro na implantação de escolas públicas de todos os níveis, que refletiam seu objetivo de oferecer educação gratuita para todos. Como teórico da educação, Anísio não se preocupava em defender apenas suas ideias. Muitas delas eram inspiradas na filosofia de John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno ao fazer um curso de pós-graduação nos Estados Unidos. Dewey considerava a educação uma constante reconstrução da experiência. Foi esse pragmatismo, observa a professora Maria Cristina Leal, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que impulsionou Anísio a se projetar para além do papel de gestor das reformas educacionais e atuar também como filósofo da educação. A marca do pensador Anísio era uma atitude de inquietação permanente diante dos fatos, considerando a verdade não como algo definitivo, mas que se busca continuamente (ESCOLA NOVA, 2018).

⁷ Antropólogo, educador, escritor e político brasileiro nascido em Montes Claros, MG, fundador de duas universidades modelares, a UNB e a UENF, contribuição única na história da cultura brasileira. Formado pela Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (1946), iniciou o trabalho de etnólogo (1947) no antigo Serviço de Proteção ao Índio, dirigiu a seção de pesquisa desse órgão (1952-1956) e criou o Museu do Índio (1953). Foi diretor do Centro de Pesquisas Educacionais, a CAPES, e do setor de pesquisas sociais da Campanha de Erradicação do Analfabetismo. Partidário do governo do Presidente João Goulart, foi seu Ministro da Educação e Cultura (1961), quando organizou a Universidade Nacional de Brasília, da qual foi seu primeiro reitor (1962-1963), e Chefe da Casa Civil da Presidência da República (1963-1964). Cassado pelo golpe militar (1964), exilou-se no Uruguai, Chile e Peru, onde lecionou antropologia e se dedicou à reforma do ensino universitário, além de escrever vários livros culturais. Regressou ao Brasil (1976) e apresentou seus primeiros textos em romances. Acompanhando o engenheiro e político Leonel Brizola, elegeu-se vice-governador do Estado do Rio de Janeiro (1982) e senador (1990), pelo Partido Democrático Trabalhista, o PDT. Atuando no Senado em Brasília, cidade onde viveu seus últimos dias, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras (1992) e projetou a Universidade Estadual do Norte Fluminense, a UENF, sediada na cidade de Campos, RJ, voltada para a formação de cientistas (1994). Foi o relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada no

Ainda no ano de 1968, por meio do Decreto Lei 869/68, a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB)⁸ tornou-se obrigatória no currículo. De modo geral essas foram as contribuições do governo Costa e Silva para a educação brasileira.

O governo que o sucedeu foi do general Emílio Garrastazu Médici. O Presidente Médici, em 1969, criou a Fundação Mobral⁹, que já fora prevista em lei um ano antes, cujo objetivo era a alfabetização funcional dos jovens e adultos (FREITAG, 1980).

Desse modo, era necessário:

Defender medidas concretas para assegurar o direito à educação do adulto analfabeto ou semi-analfabeto [sic], significava, em determinado momento da Educação brasileira, defender uma mudança estrutural da realidade [...] (HORTA, 1982, p. 162).

governo Fernando Henrique (1996). Autor de extensa obra antropológica, dedicou-se principalmente ao estudo dos índios, e morreu de câncer, em Brasília, DF. Em sua obra literária, fundamentada na pesquisa etnológica e numa rica prática pedagógica, são muito conhecidos os livros *Religião e mitologia cadiueu* (1950) e *Línguas e culturas indígenas do Brasil* (1957), *O processo civilizatório* (1968), *Universidade necessária* (1969), *As Américas e a civilização* (1970), *Os índios e a civilização* (1970) e *Teoria do Brasil* (1972), e surpreendeu a crítica com o romance *Maíra* (1976), a que se seguiram *Ensaio insólito* (1980), outro romance, *O mulo* (1981), *Utopia selvagem* (1982), *O Brasil como problema* e *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995) (DARCI RIBEIRO, 2018).

⁸ Disciplina que, de acordo com o Decreto Lei 869/68, tornou-se obrigatória no currículo escolar brasileiro a partir de 1969, juntamente com a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC). Ambas foram adotadas em substituição às matérias de Filosofia e Sociologia e ficaram caracterizadas pela transmissão da ideologia do regime autoritário ao exaltar o nacionalismo e o civismo dos alunos e privilegiar o ensino de informações factuais em detrimento da reflexão e da análise. O contexto da época incluía a decretação do AI5, desde 1968, e o início dos “anos de chumbo” – a fase mais repressiva do regime militar cujo “slogan” mais conhecido era “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Dessa forma, as duas matérias foram condenadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, por terem sido impregnadas de um “caráter negativo de doutrinação” (MENEZES, SANTOS, 2001).

⁹ Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar. O Movimento iniciou suas atividades com o compromisso de dedicar-se à alfabetização de adultos, mas tornou-se uma superestrutura, expandindo-se por todo o país no final da década de 1970 e ampliando o seu campo de atuação às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. As metas iniciais previstas, no entanto, ficaram longe de serem atingidas. Isso porque o Mobral não alterou as bases do analfabetismo, calcadas fundamentalmente na estrutura organizacional da educação no país. Além disso, o seu modelo foi bastante condenado como proposta pedagógica por ter como preocupação principal apenas o ensinar a ler e a escrever, sem nenhuma relação com a formação humana mais ampla. A ideia do Mobral encontra-se no contexto do regime militar no Brasil, iniciado em 1964, cujo governo passa a controlar os programas de alfabetização de forma centralizada. Até então, duas décadas antes, a reflexão e o debate em torno do analfabetismo no país convergiam para a consolidação de um novo modelo pedagógico. Nesse modelo, o analfabetismo era interpretado como efeito de uma situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária e, sendo assim, a educação e a alfabetização deveriam partir de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los. Os programas de alfabetização orientados neste sentido foram interrompidos pelo golpe militar, porque eram considerados uma ameaça ao regime, e substituídos pelo Mobral. Dessa forma, muitos dos procedimentos adotados no início da década de 1960 foram reproduzidos, mas esvaziados de todo senso crítico e problematizador (MENEZES; SANTOS, 2001).

Mesmo sendo uma ótima iniciativa, como o Estado não dispunha de verba suficiente, o Mobral só passou a funcionar em 1970, quando foram disponibilizados recursos para essa finalidade (FREITAG, 1980).

É importante ainda ressaltar que o Mobral, além de trabalhar com a alfabetização de jovens e adultos, na faixa de 15 a 35 anos, procurava oportunizar também uma formação continuada para seus alunos (FREITAG, 1980). No entanto, “estes cursos de capacitação profissional, não se justificavam, a nosso ver, nem pedagógica, nem economicamente” (HORTA, 1982, p. 164).

Outra medida tomada no governo do general Médici foi a Lei 5.692 de reforma do ensino de 1º e 2º graus, de 1971, que previa, dentre vários tópicos, a extensão definitiva do ensino primário obrigatório de quatro a oito anos, a profissionalização do ensino médio e a reestruturação do funcionamento do ensino (FREITAG, 1980). Ainda no governo Médici, “a vida intelectual, o ensino, a produção cultural e a participação política eram tolhidos pelo regime. Muitos, amedrontados pela repressão, recolheram-se no anonimato” (PEDRO; LIMA; CARVALHO, 2005, p. 481).

Ao fim de seu governo, o Presidente Médici implantou o Decreto-lei 71.737, que verdadeiramente institucionaliza o “ensino supletivo”, e já era previsto na Lei 5.692 nos parágrafos 81, 91, 99, segundo os quais nem toda a escola precisava ser profissionalizante, mas poderia ofertar somente o ensino médio normal (FREITAG, 1980).

Terminando o governo de Médici, quem assume o poder foi Geisel. No governo de Geisel foi implantado o Plano Quinquenal da Educação nos anos de 1975 até 1979, no qual a educação brasileira passava a ter um objetivo comum, voltado ao projeto de desenvolvimento nacional ligado aos indivíduos (FREITAG, 1980). O Presidente Geisel ainda implantou programas e ações que estavam dirigidas às áreas consideradas mais pobres do país, como os estados do Nordeste, a zona rural e as periferias urbanas (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

A educação passou a perder o papel tecnocrático e se voltou para a atenuação da desigualdade regional e da pobreza que havia sido gerada pelo modelo econômico. Com isso, foram implantados vários projetos, dentre eles: os Programas de Desenvolvimento de Ações Socioeducativas e Culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano (PRODASEC), Programa Nacional de Ações Socioeducativas para as Populações

Carentes Urbanas (PRONASEC) e o Programa de Educação Pré-Escolar (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

Após o governo de Geisel, a ditadura a militar passou a ter seu último Presidente, Figueiredo. No governo de Figueiredo, a educação passa a ter um olhar diferente. O governo passa a perder o poder de centralização e, junto com isso, começa a se efetivar a ideia descentralizadora da educação. Os estados e municípios passam a ser mais atuantes de forma definitiva no âmbito da educação (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011).

O Estado brasileiro no governo do Presidente Figueiredo passou a reconhecer a falência das políticas educacionais que foram implantadas até o momento, sobretudo na área profissionalizante, que ficou expressa na Lei 7.044/82 acabando com o segundo grau profissional (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011).

Nesse sentido, o que possibilitou a efetivação de políticas educacionais, de modo geral, foi “a eleição direta de governadores, a partir de 1982 – mesmo situacionistas, em sua maioria -, possibilitou-lhes uma relativa autonomia para implementar políticas educacionais próprias” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011. p. 37).

As principais alterações realizadas pelos novos administradores oposicionistas tiveram como meta a descentralização da administração, com formas de gestão democrática da escola, com participação de professores, de funcionários, de alunos e de seus pais e também com eleição direta de diretores. Outro ponto foi a suspensão das taxas escolares, a criação de escolas de tempo integral, a organização dos professores em sindicatos (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011. p. 139).

Ainda no governo militar de Figueiredo, é importante reforçar que 60% da população brasileira vivia abaixo da linha da pobreza, o que fomentou a ideia de que havia a necessidade de um novo redirecionamento para a educação do Brasil (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011). Esse novo direcionamento supostamente viria através de uma nova maneira de entender a própria educação e os anseios da sociedade.

Considerações finais

Mediante o exposto, é possível observar, de modo geral, que a educação sempre esteve a serviço dos interesses de cada governo. E o governo, por sua vez, sempre a voltou para os aspectos econômicos, sobretudo, até o final da Ditadura Militar.

Nesse período, em momento algum, havia-se pensado em uma educação que atendesse aos anseios e necessidades da sociedade, ou seja, não se pensava a educação em médio e longo prazo, era pensada apenas para determinado momento, por sua vez, determinado governo.

Isso ficou evidente no governo do Presidente Castelo Branco, que só investiria em educação quando ela auxiliasse o crescimento econômico. Em caso contrário, não se investiria.

De forma semelhante, no governo Médici, somente o ensino profissionalizante era entendido como importante. Qualquer outra manifestação cultural ou ainda participação política era reprimida.

Ainda pode-se mencionar o Plano Quinzenal da Educação do governo Geisel, cujo objetivo comum era voltado ao projeto de desenvolvimento nacional.

Embora isso tenha ficado claro em praticamente todos os períodos da história, foi na Ditadura Militar que se evidenciou mais o caráter de exclusão, pois não existia a possibilidade de ouvir a sociedade de modo a entender o que era necessário para que as pessoas pudessem interferir de modo mais efetivo nas decisões do país.

Referências

- BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: Vozes, 1990.
- COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.
- DARCI REIBEIRO. **Biografia**. Disponível em:
<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/DarciRib.html>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- ESCOLA NOVA. **Anísio Teixeira, o inventor da escola pública no Brasil**. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/formacao/anisio-teixeira-428158.shtml>. Acesso em: 09 mar. 2018.
- FERREIRA JR., Amarildo; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.
- GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação: Um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez, 2000.

HORTA, José Silveiro Baia. **Liberalismo, Tecnocracia e Planejamento Educacional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

LIBÂNEO, Carlos; OLIVERIA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educa Brasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 09 abr. 2018.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História: Geral e Brasil**. São Paulo: Atual, 2003.

PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. **História do Mundo Ocidental**. São Paulo: FTD, 2005.

PETRÓLEO: O Primeiro Choque do Petróleo em 1973. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo_choque1.shtml. Acesso em: 10 abr. 2018.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SERIACOPI, Gislaíne Campos de Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História**. São Paulo: Ática, 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Enviado em: Abril de 2018.
Aceito em: Dezembro de 2018.

Como referenciar este artigo:

REGERT, Rodrigo; BAADE, Joel Haroldo; SANTOS, Adalcio Machado dos. Breve relato sobre o desenvolvimento político, a ideia desenvolvimentista e a educação na ditadura militar. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, n. 13, p. 82-98, jan/mar, 2019. e-ISSN: 2359-2087. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index>.